

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS ("Companhia") é uma companhia aberta, controlada pela Wembley S.A., sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob os códigos "CTNM3" e "CTNM4".

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. ("SGPSA"), que é controladora da Coteminas S.A. ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. ("SI") respectivamente.

Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A., anteriormente denominada AMMO Varejo Ltda. ("AMMO").

Em março de 2019, a controlada indireta SGUS passou a deter participação na Keeco, LLC, que combinou as operações das duas companhias. No 4º trimestre de 2020, a controlada indireta SGUS disponibilizou para venda essa participação. A expectativa é de conclusão da venda no 1º trimestre de 2022.

A Companhia é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense ("CTS"), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de novembro de 2021.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são

avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor [recuperável].

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligadas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligadas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usinas	15 a 35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso-- A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com esses ativos reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas

sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte

de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(z) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações contábeis intermediárias, “acionistas controladores” representam todos os acionistas da Companhia e “não controladores” representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5, nº 7 e nº 8), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 11), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 11, nº 12 e nº 13), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 10), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 22), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 21), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 24) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 24.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 23). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

De acordo com os Ofícios Circulares emitidos pela CVM em 2020/2021 e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas acima e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas, quando aplicável. A Companhia está operando normalmente desde meados de setembro de 2020 e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos ou em sua rentabilidade para o próximo período.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	30.09.2021	31.12.2020
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	79,27	63,37
O4D Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram

ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 68,68% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2021	2020	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	5,1967	-
30 de setembro	5,4394	5,6407	(3,6%)
Taxa média:			
30 de setembro (3 meses)	5,2348	5,4384	(3,7%)
30 de setembro (9 meses)	5,3384	5,1791	3,1%

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Operações compromissadas (*)	185	288	126.039	125.098
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	13.625	8.529
Depósitos no exterior	-	-	45.197	41.626
Depósitos em contas correntes	183	787	13.728	10.214
	-----	-----	-----	-----
	368	1.075	198.589	185.467
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Fundo de investimento - (US\$)	38.017	27.644
Depósito restrito (1) (2)	70.720	6.437
Fundo de reserva (2)	5.880	-
	-----	-----
	114.617	34.081
Circulante	(104.609)	(28.164)
	-----	-----
Não circulante	10.008	5.917
	=====	=====

(1) Em 30 de setembro de 2021, a controladora e a controlada SGPSA possuíam respectivamente, R\$2.416 e R\$1.712 de depósitos restritos em instituições financeiras (R\$2.353 e R\$1.671 em 31 de dezembro de 2020), e a controlada indireta SGUS possuía R\$545, equivalente a US\$100 mil (US\$100 mil em 31 de dezembro de 2020) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Inclui valores referentes a 5ª emissão de debêntures da controlada indireta CSA., sendo: (i) R\$64 milhões vinculados à determinadas condições precedentes com liberação prevista para até o final do exercício, e (ii) R\$5.880 referente a fundo de reserva equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº15 às demonstrações contábeis intermediárias.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Cientes no mercado interno	549.854	595.156
Cientes no mercado externo	108.059	53.866
Operadoras de cartão de crédito	3.943	12.847
Partes relacionadas		
Mercado interno	7.114	4.182
Mercado externo	3.783	2.918
	-----	-----
	672.753	668.969
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(47.026)	(46.942)
	-----	-----
	625.727	622.027
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 82 dias (97 dias em 31 de dezembro de 2020). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não houve mudança significativa na composição das duplicatas a receber por idade de vencimento durante o período findo em 30 de setembro de 2021.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	30.09.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	(46.942)	(44.371)
Adições	-	(1.476)
Variação cambial	(84)	(1.095)
	-----	-----
Saldo no final do período	(47.026)	(46.942)
	=====	=====

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Matérias-primas e secundários	91.693	119.698
Produtos em elaboração	155.338	157.360
Produtos acabados	265.169	169.436
Peças de reposição	60.564	57.515
	-----	-----
	572.764	504.009
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 30 de setembro de 2021, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade (inclusive as perdas em função do COVID-19), quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	31.12.2020	(Adições) Baixas	Variação cambial	30.09.2021
Matérias-primas e secundários	(2.251)	(618)	282	(2.587)
Produtos acabados	(23)	8	2	(13)
Peças de reposição	(1.162)	-	-	(1.162)
	-----	-----	-----	-----
	(3.436)	(610)	284	(3.762)
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2019	(Adições) Baixas	Variação cambial	30.09.2020
Matérias-primas e secundários	(1.667)	(769)	(174)	(2.610)
Produtos em elaboração	(102)	107	(5)	-
Produtos acabados	(3)	(22)	(1)	(26)
Peças de reposição	(1.865)	-	-	(1.865)
	-----	-----	-----	-----
	(3.637)	(684)	(180)	(4.501)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para as controladas operacionais a preço de mercado, entre outros adiantamentos, e serão entregues como segue:

Ano	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
2021	37.802	39.434
2022	25.698	49.967
2023	65.916	24.086
	-----	-----
	129.416	113.487
Circulante	(37.802)	(39.434)
	-----	-----
Não circulante	91.614	74.053
	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Clientes com pedido de recuperação judicial (a)	11.389	11.389
Clientes em recuperação judicial (b)	1.492	1.469
Parcelamento de créditos com clientes (c)	3.859	4.301
Financiamento no repasse de lojas (d)	1.432	3.208
Venda de imóveis (e)	14.949	16.165
Outros	1.568	914
	-----	-----
	34.689	37.446
Circulante (*)	(13.859)	(12.275)
	-----	-----
Não circulante	20.830	25.171
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante.

(a) A Lojas Leader S.A. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no dia 3 de março de 2020, o qual teve o processamento deferido em 6 de março de 2020. A Leader reconheceu a totalidade dos créditos com a controlada indireta CSA. A administração da controlada indireta CSA aguarda a homologação da RJ e acredita na recuperação da totalidade dos créditos.

(b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 3% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$2.127.

(c) Pagamento em até 38 parcelas mensais com juros de 1,56% a 1,97% ao mês.

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em até 28 parcelas mensais com juros de 0,5% a 0,7% ao mês e atualização pelo IPCA ou pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2021, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. VALORES A RECEBER - VENDA DE INVESTIMENTO

Em 2019, a Companhia e sua controlada Oxford Comércio e Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A.

Os saldos dos valores a receber são conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Valores brutos a receber	108.788	129.918
Ajuste a valor presente (*)	(11.420)	(25.286)
	-----	-----
Total	97.368	104.632
Circulante	(58.815)	(33.783)
	-----	-----
Não circulante	38.553	70.849
	=====	=====

(*) Inclui comissões e despesas da operação de antecipação dos recebíveis.

Recebimento em 3 parcelas anuais com vencimento e remuneração coincidentes com o empréstimo mantido com a SP Investidor IV, LLC, demonstrado na nota explicativa nº 14.

Em 30 de setembro de 2021, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses recebíveis.

A movimentação dos valores a receber é como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Saldos no início do período	104.632	87.631
Juros provisionados	15.047	16.056
Valores recebidos	(26.295)	(29.082)
Variação cambial	3.984	34.145
	-----	-----
Saldos no final do período	97.368	108.750
	=====	=====

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio	Partici- pação	Resultado	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	Líquido	- %	do período	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.022.991	52,92	(100.057)	541.320	585.111	(52.946)	(131.424)
Oxford Comércio e Participações S.A. (2)	221.951	79,27	27.467	175.933	155.062	20.509	342
O4D Comércio e Participações S.A.	36.064	63,37	1.602	22.854	21.838	1.016	195
Coteminas International Ltd.	16.410	100,00	13.490	16.410	2.785	13.490	(6.524)
Companhia Tecidos Santanense	320.486	2,07	36.172	6.634	5.864	770	(33)
Coteminas (Sucursal Argentina)	(29)	100,00	-	(29)	(33)	-	(3)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				763.122	770.627	(17.161)	(137.447)
				=====	=====	-----	-----
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A. (3)	75.043	28,63	4.626	21.486	24.697	(10.247)	-
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	138.726	30,40	7.578	42.172	39.869	2.303	(13.937)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas (direto)				63.658	64.566	(7.944)	(13.937)
Total Controladora						(25.105)	(151.384)
						=====	=====
Investimentos em coligadas (indireto):							
Cantagalo General Grains S.A.	75.043	1,68	4.626	1.263	1.512	(618)	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – Consolidado				64.921	66.078	(8.562)	(13.937)
				=====	=====	=====	=====

(1) O resultado do período de nove meses de 2020 não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$28.701. Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Em Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Oxford, realizada em 2 de março de 2021, foi aprovada a aquisição de 3.398.204 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão daquela controlada e de titularidade de seus acionistas minoritários, mediante permuta por 9.624.175 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Oxford e de emissão da Companhia Tecidos Santanense. As ações adquiridas foram contabilizadas na Oxford como “Ações em tesouraria”, canceladas em 6 de setembro de 2021.

Em Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Oxford, realizada em 6 de setembro de 2021, foi aprovada a aquisição de 3.370.492 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão daquela controlada e de titularidade de seus acionistas minoritários, mediante permuta por 9.545.691 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Oxford e de emissão da Companhia Tecidos Santanense. As ações adquiridas foram contabilizadas na Oxford como “Ações em tesouraria”, para posterior cancelamento.

A participação da Companhia foi ajustada excluindo as ações em tesouraria.

(3) No 3º trimestre de 2021, a Companhia adquiriu 1.298.826 ações da Cantagalo, correspondentes a 1,13% de participação.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patrimônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do período	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020
Springs Global Participações S.A.	1.022.991	47,08	(100.057)	481.671	520.637	(47.111)	(116.948)
Oxford Comércio e Participações S.A.	221.951	20,73	27.467	46.018	89.631	6.958	198
O4D Comércio e Participações S.A.	36.064	36,63	1.602	13.210	12.623	586	113
Companhia Tecidos Santanense	320.486	29,25	36.172	93.742	34.052	8.460	(189)
				-----	-----	-----	-----
				634.641	656.943	(31.107)	(116.826)
Total de operações descontinuadas (*)				-	-	-	(25.533)
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				634.641	656.943	(31.107)	(142.359)
				=====	=====	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Ativos circulantes	36.877	99.841	384.572	289.119
Ativos não circulantes	356.633	315.917	396.331	393.283
Total dos ativos	393.510	415.758	780.903	682.402
Passivos circulantes	227.661	310.167	432.347	301.424
Passivos não circulantes	95.072	15.783	194.632	232.123
Total dos passivos	322.733	325.950	626.979	533.547
Patrimônio líquido – Controladora	75.043	89.808	138.726	131.148
Receita líquida (9 meses)	-	92.480	699.399	407.993
Lucro (prejuízo) do período – Controladora	4.626	(158.230)	7.578	(45.845)

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. e CGG Trading S.A.

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança

do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o período de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa desta coligada, a Companhia concluiu que não há indícios de deterioração ou de não recuperação do seu investimento.

d. Movimentação dos investimentos de controladas e coligadas:

<u>Controladas</u>	Springs Global Participa- ções S.A.	Oxford Comércio e Participa- ções S.A.	O4D Comércio e Participa- ções S.A.	Coteminas Internatio- nal Ltd.	Companhia Tecidos Santanense	Coteminas (Sucursal Argentina)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	585.111	155.062	21.838	2.785	5.864	(33)	770.627
Equivalência patrimonial	(52.946)	20.509	1.016	13.490	770	-	(17.161)
Variação cambial sobre							
investimentos no exterior	9.143	4	-	135	-	4	9.286
Ajustes de avaliação patrimonial	12	-	-	-	-	-	12
Perda de participação reflexa de							
ações em tesouraria	-	(194)	-	-	-	-	(194)
Dividendos prescritos	-	552	-	-	-	-	552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2021	541.320	175.933	22.854	16.410	6.634	(29)	763.122
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

<u>Controladas</u>	Springs Global Participa- ções S.A.	Oxford Comércio e Participa- ções S.A.	O4D Comércio e Participa- ções S.A.	Coteminas Internatio- nal Ltd.	Companhia Tecidos Santanense	Coteminas (Sucursal Argentina)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	733.740	177.730	-	5.798	5.967	(32)	923.203
Equivalência patrimonial	(160.125)	342	195	(6.524)	(33)	(3)	(166.148)
Variação cambial sobre							
investimentos no exterior	28.506	(2)	-	1.921	-	(3)	30.422
Ajustes de avaliação patrimonial	71	-	-	-	-	-	71
Cisão Oxford	-	(21.838)	21.838	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	(652)	-	-	(25)	-	(677)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2020	602.192	155.580	22.033	1.195	5.909	(38)	786.871
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Direta		Indireta
	Cantagalo General Grains S.A.	Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	Cantagalo General Grains S.A.
<u>Coligadas</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.697	39.869	1.512
Aquisição de ações	1.000	-	-
Variação cambial reflexa	6.036	-	369
Equivalência patrimonial	(10.247)	2.303	(618)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2021	21.486	42.172	1.263
	-----	-----	-----

<u>Coligadas</u>	Direta	Indireta
	Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	Keeco Holdings, LLC
Saldo em 31 de dezembro de 2019	52.481	137.946
Equivalência patrimonial	(13.937)	(11.298)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	13.491
Alocação do ágio	-	(101.985)
	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2020	38.544	38.154
	=====	=====

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização - Montes Claros		Total
	Complexo comercial	Complexo residencial	Terrenos para loteamento	Imóveis Montes Claros	Terreno Montes Claros	
	SGA (1)	SGA (2)	(3)	(5)	(6) (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	306.236	45.034	36.112	53.776	89.226	530.384
Adições	479	-	-	-	-	479
Baixas	-	-	(1.939)	-	-	(1.939)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2021	306.715	45.034	34.173	53.776	89.226	528.924
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização - Montes Claros		Total
	Complexo comercial	Complexo residencial	Terrenos para loteamento	Imóveis Montes Claros	Terreno Montes Claros	
	SGA (1)	SGA (2)	(3)	(5)	(6) (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	301.550	44.974	36.066	60.240	86.110	528.940
Adições	661	-	-	-	-	661
Baixa (custo)	-	-	-	(11.842)	-	(11.842)
Baixa (variação do valor justo)	-	-	-	3.942	-	3.942
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2020	302.211	44.974	36.066	52.340	86.110	521.701
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Saldos mantidos pela controladora no valor total de R\$138.917 (R\$138.917 em 31 de dezembro de 2020), considerando o Imóvel Vinhedo (vide item (4) abaixo) no valor de R\$49.691 (R\$49.691 em 31 de dezembro de 2020) apresentado na rubrica imobilizado nas demonstrações consolidadas. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

1) Complexo comercial SGA: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², da controlada indireta CSA, denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. No período de nove meses de 2021, os valores de receita por arrendamento foram de R\$8.402 (R\$6.452 no mesmo período de 2020).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da Companhia, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	111.041	110.562
Mais valia apurada (a)	195.674	195.674
	-----	-----
Valor justo (b)	306.715	306.236
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$66.529 (R\$66.529 em 31 de dezembro de 2020). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

2) Complexo residencial SGA: Em 2018, a controlada indireta CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	93	93
Mais valia apurada (a)	44.941	44.941
	-----	-----
Valor justo (b)	45.034	45.034
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$15.280 (R\$15.280 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

3) Terrenos para loteamento: Em 2018, a controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. A controlada prevê ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	1.253	1.272
Mais valia apurada (a)	32.920	34.840
	-----	-----
Valor justo (b)	34.173	36.112
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$2.216 (R\$2.341 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

4) Imóvel Vinhedo: Em 2018, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	25.137	25.137
Mais valia apurada (a)	24.554	24.554
	-----	-----
Valor justo (b)	49.691	49.691
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$8.349 (R\$8.349 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

5) Imóveis Montes Claros (controlada indireta): Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada indireta CSA e são assim compostos:

	30.09.2021	31.12.2020
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	30.304	30.304
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	4.240	4.240
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m²)	4.752	4.752
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	14.480	14.480
	-----	-----
Total	53.776	53.776
	=====	=====
Custo residual dos imóveis	39.860	39.860
Mais valia apurada (a)	13.916	13.916
	-----	-----
Valor justo (b)	53.776	53.776
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$4.731 (R\$4.731 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

6) Imóveis Montes Claros (controladora): A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros - MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados. Com o direcionamento destes imóveis para renda, os terrenos foram registrados na rubrica “Propriedades para investimento” naquela data, a valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	30.09.2021	31.12.2020
Custo residual do imóvel	50.310	50.310
Mais valia apurada	38.916	38.916
	-----	-----
Valor justo	89.226	89.226
	=====	=====

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$10.268 (R\$10.268 em 31 de dezembro de 2020) estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações contábeis intermediárias.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (*) %	30.09.2021			31.12.2020
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	2,9	59.142	(23.047)	36.095	34.295
Edifícios	2,5	412.370	(194.626)	217.744	213.935
Instalações	6,7	284.293	(200.936)	83.357	63.030
Máquinas e equipamentos	7,4	1.353.473	(1.043.064)	310.409	322.355
Usinas	3,8	58.548	(33.659)	24.889	25.697
Móveis, utensílios e outros	5,9	205.196	(121.552)	83.644	87.680
Obras em andamento	-	84.632	-	84.632	141.168
		-----	-----	-----	-----
		2.457.654	(1.616.884)	840.770	888.160
Propriedade de uso por controlada indireta (**)		49.691	-	49.691	49.691
		-----	-----	-----	-----
		2.507.345	(1.616.884)	890.461	937.851
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(**) Vide nota explicativa nº 10.4 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, inclusive com os impactos do COVID-19, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.295	213.935	63.030	322.355	25.697	87.680	141.168	888.160
Adições	1.310	141	263	7.848	707	5.695	11.967	27.931
Baixas líquidas	(502)	(5.167)	(838)	(4.762)	-	(10.785)	(451)	(22.505)
Transferências								
- Imobilizado	176	13.467	27.580	20.030	-	9.940	(71.193)	-
- Imobilizado disponível para venda	-	-	(15)	(242)	-	-	-	(257)
Variação cambial	2.120	2.484	630	1.502	-	(145)	3.141	9.732
Depreciação do período	(1.304)	(7.116)	(7.293)	(36.322)	(1.515)	(8.741)	-	(62.291)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2021	36.095	217.744	83.357	310.409	24.889	83.644	84.632	840.770
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros (1)	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.073	219.017	64.476	307.599	27.640	21.874	114.487	788.166
Adições	574	22	992	26.098	60	70.019	34.933	132.698
Baixas líquidas	(205)	(6)	(448)	(1.182)	-	(294)	(601)	(2.736)
Transferências								
- Imobilizado	-	945	1.524	21.945	1	358	(24.773)	-
- Peças de reposição	-	-	-	5.863	-	1.606	-	7.469
Variação cambial	2.641	3.199	1.179	3.251	-	131	16.247	26.648
Depreciação do período	(1.254)	(7.136)	(6.888)	(34.886)	(1.501)	(5.181)	-	(56.846)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2020	34.829	216.041	60.835	328.688	26.200	88.513	140.293	895.399
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui aeronave no valor líquido de R\$63.479 (R\$66.929, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2020), adquirida em setembro de 2020 pela Companhia. Pagamento realizado, em parte, através de arrendamento realizado com a SFG Equipment Leasing, considerado como arrendamento financeiro no valor de R\$39.089. Vide nota explicativa nº 14.a.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 30 de setembro de 2021, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$4.793 em 31 de dezembro de 2020).

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2020	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferência do imobilizado	30.09.2021
Custo	453.232	-	(3.724)	20.255	2.158	471.921
Depreciação	(388.593)	(351)	3.672	(17.551)	(1.901)	(404.724)
Provisão para perda	(47.914)	-	-	(2.023)	-	(49.937)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	16.725	(351)	(52)	681	257	17.260
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	31.12.2019	Adições	Baixas	Variação cambial	30.09.2020
Custo	396.489	652	(53.829)	134.275	477.587
Depreciação	(334.561)	(377)	40.055	(116.263)	(411.146)
Provisão para perda	(37.507)	-	1.264	(13.421)	(49.664)
	-----	-----	-----	-----	-----
	24.421	275	(12.510)	4.591	16.777
	=====	=====	=====	=====	=====

12. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		30.09.2021			31.12.2020
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e CTS – uso próprio)	40,1	2.602	(2.294)	308	826
Imóvel – fábrica (Guarani – uso próprio)	11,7	11.160	(2.275)	8.885	9.419
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	48.284	(11.065)	37.219	38.442
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	21,7	105.747	(41.427)	64.320	56.091
Veículos	52,8	3.005	(2.464)	541	559
Propriedades para investimentos (1)		93.042	-	93.042	92.644
		-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		263.840	(59.525)	204.315	197.981
Arrendamentos financeiros a receber (1)		113.457	-	113.457	112.889
		-----	-----	-----	-----
		377.297	(59.525)	317.772	310.870
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada indireta SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação consolidada dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	826	9.419	38.442	56.091	559	92.644	112.889	310.870
Variação cambial	-	430	1.739	-	-	4.252	5.183	11.604
Adições (1)	-	-	-	24.101	720	-	-	24.821
Baixas (2)	-	-	-	(1.344)	-	-	-	(1.344)
Amortização do período	(518)	(964)	(2.962)	(14.528)	(738)	-	-	(19.710)
Encargos	-	-	-	-	-	7.359	8.548	15.907
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(11.213)	(13.163)	(24.376)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2021	308	8.885	37.219	64.320	541	93.042	113.457	317.772
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.666	-	32.798	42.836	731	71.168	91.719	240.918
Variação cambial	-	2.771	12.845	-	-	28.560	36.290	80.466
Adições (1)	8	8.749	-	12.987	468	-	-	22.212
Baixas (2)	-	-	-	(3.267)	-	-	-	(3.267)
Amortização do período	(663)	(972)	(2.873)	(12.470)	(525)	-	-	(17.503)
Encargos	-	-	-	-	-	7.248	8.706	15.954
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(6.442)	(12.641)	(19.083)
Saldo em 30 de setembro de 2020	1.011	10.548	42.770	40.086	674	100.534	124.074	319.697
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	30.09.2021	31.12.2020
2021	4.512	17.124
2022	18.119	17.310
2023	18.326	17.508
2024 em diante	134.878	128.860
	-----	-----
	175.835	180.802
Ajuste a valor presente	(62.378)	(67.913)
	-----	-----
	113.457	112.889
Circulante	(17.128)	(16.230)
	-----	-----
Não circulante	96.329	96.659
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 30 de setembro de 2021, a controlada indireta SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

13. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303
Marcas – próprias (3)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (4)	10.842	9.559
Propriedade intelectual (5)	15.230	18.933
Pontos comerciais (luvas) (6)	25.077	25.077
Outros	10	12
Total	94.729	97.151

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (3)	Marcas - licença de uso (4)	Propriedade intelectual (5)	Pontos comerciais (6)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.303	16.267	9.559	18.933	25.077	12	97.151
Amortização	-	-	(756)	(3.703)	-	(2)	(4.461)
Variação cambial	-	-	2.039	-	-	-	2.039
Saldo em 30 de setembro de 2021	27.303	16.267	10.842	15.230	25.077	10	94.729

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Ágio na aquisição da Keeco (2)	Marcas - próprias (3)	Marcas - licença de uso (4)	Propriedade intelectual (5)	Pontos comerciais (6)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.303	-	16.267	8.388	15.387	25.357	14	92.716
Transferência (alocação do ágio)	-	101.985	-	-	-	-	-	101.985
Adições	-	-	-	-	2.644	-	-	2.644
Baixas	-	-	-	-	-	(2.370)	-	(2.370)
Amortização	-	-	-	(687)	(2.643)	-	(2)	(3.332)
Variação cambial	-	37.084	-	2.832	-	-	-	39.916
Ajuste da provisão para perdas com ativos (2)	-	(42.936)	-	-	-	-	-	(42.936)
Saldo em 30 de setembro de 2020	27.303	96.133	16.267	10.533	15.388	22.987	12	188.623

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2020 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa da controlada indireta AMMO, inclusive com os impactos do COVID-19, a controlada indireta CSA não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação do ágio registrado.

(2) Ágio na aquisição da Keeco: Ágio decorrente de investimento na Keeco Holdings, LLC.

Em 15 de março de 2019, a controlada indireta SGUS passou a deter participação na Keeco Holdings, LLC, que combinou suas operações com as operações adquiridas da SGUS naquela data.

No primeiro trimestre de 2020, o investimento na coligada Keeco foi fortemente afetado pela pandemia do COVID-19 e, dado às novas projeções de resultados recebidas pela Companhia, foi necessário fazer provisão para perda no valor de R\$42.936 ou US\$8.259.

No 4º trimestre de 2020, a controlada indireta SGUS disponibilizou para venda o investimento na Keeco. Os valores do investimento e do ágio foram reclassificados para a rubrica “Ativos mantidos para venda” e, o resultado da provisão para perda foi classificado como operações descontinuadas.

(3) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(4) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(5) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

(6) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$6.574 em 31 de dezembro de 2020), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

Os itens de (3) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses intangíveis.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual	Venci-	Controladora	
	Moeda	de juros - %	mento	30.09.2021	31.12.2020
Moeda nacional:					
Banco Votorantim S.A.	R\$	2,5 + CDI	2022	80.409	81.065
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	6,5 + CDI	2021	1.267	12.543
Banco Fibra S.A. - CCB	R\$	115,0 do CDI	2022	41.254	40.096
Caixa Econômica Federal	R\$	180,0 do CDI	2023	18.141	26.696
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	8,0 + CDI	2022	11.082	-
Outros	R\$	-	2021	450	543
				-----	-----
				152.603	160.943
Moeda estrangeira:					
Banco Industrial do Brasil S.A.-PPE/ACE	US\$	7,7	2022	10.966	21.326
SP Investidor IV, LLC	US\$	13,0	2023	97.368	104.632
SFG Equipment Leasing (a)	US\$	3,8	2029	35.158	35.956
				-----	-----
				143.492	161.914
Total				296.095	322.857
Circulante				(219.132)	(154.586)
				-----	-----
Não circulante				76.963	168.271
				-----	-----

		Taxa anual	Venci-	Consolidado	
	Moeda	de juros - %	mento	30.09.2021	31.12.2020
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (b)	R\$	130,0 a 294,0 do CDI	2023	365.326	419.253
Bradesco S.A. (c)	R\$	6,1 + CDI	2024	15.456	17.543
Banco Votorantim S.A.	R\$	2,5 + CDI	2022	80.409	81.065
Banco BBM S.A. - CCB	R\$	149,0 do CDI e 7,0 + CDI	2024	22.719	34.604
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,9 + CDI	2024	86.595	100.300
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	5,0 a 7,5 + CDI	2023	37.119	47.669
Banco Fibra S.A. - CCB	R\$	115,0 do CDI	2022	41.254	40.096
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	15,8	2022	818	819
Banco do Brasil S.A. - CDC	R\$	7,3 a 12,5	2022	76.686	75.289
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	24	35
Banco Safra S.A.	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	92.267	69.094
Caixa Econômica Federal (d)	R\$	166,3 e 180,0 do CDI	2023	38.547	58.552
Banco Daycoval S.A.	R\$	5,2 a 9,0 + CDI	2024	46.661	47.030
Banco Pine S.A.	R\$	7,8 a 8,7 + CDI	2022	14.659	17.611
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,7 e 6,8 + CDI	2024	30.240	30.187
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	6,8 a 8,0 + CDI	2022	26.950	1.255
Banco BTG Pactual S.A. (e)	R\$	12,5 e 13,9	2023	32.982	36.885
Banco Santander S.A. (f)	R\$	3,5 e 4,7+ CDI	2021	11.601	55.228
Banco ABC Brasil S.A. - CCB	R\$	3,9 e 4,0 + CDI	2024	50.035	20.008
Financiadora de Estudos e Projetos	R\$	4,4	2025	19.116	19.101
Outros	R\$	-	2023	7.989	10.514
				-----	-----
				1.097.453	1.182.138
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2022	8.137	1.194
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	9,5	2021	5.415	10.019
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0 e 5,1	2021	40.161	37.859
Banco Industrial do Brasil S.A.- PPE/ACE	US\$	7,7	2022	10.966	21.326
Banco Pine S.A.	US\$	9,5	2021	-	10.471
Banco Safra S.A.	US\$	5,3	2022	17.865	16.410
SP Investidor IV, LLC	US\$	13,0	2023	97.368	104.632
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	US\$	8,0	2021	22.667	44.096
SFG Equipment Leasing (a)	US\$	3,8	2029	35.158	35.956
				-----	-----
				237.737	281.963
				-----	-----
Total				1.335.190	1.464.101
Circulante				(864.421)	(866.943)
				-----	-----
Não circulante				470.769	597.158
				-----	-----

(a) Empréstimo obtido pela controladora para financiamento de compra de ativo imobilizado na modalidade de arrendamento mercantil financeiro.

(b) Inclui empréstimos da controlada indireta CSA (R\$350.221 em 30 de setembro de 2021 e R\$382.011 em 31 de dezembro de 2020), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(c) Empréstimo da controlada indireta CSA, com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a controlada CSA, comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras anuais a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 2,0 vezes.

(d) Inclui empréstimo da controlada SGPSA (R\$12.892 em 30 de setembro de 2021 e R\$18.971 em 31 de dezembro de 2020), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em

suas demonstrações financeiras consolidadas anuais; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(e) Empréstimo da controlada indireta CSA, com cláusulas de vencimento antecipado, onde a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(f) Empréstimos da controlada indireta CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (c), (d), (e) e (f) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos dos empréstimos consolidados são como segue:

		2022				
	2021	Curto prazo	Longo prazo	2023	2024 a 2029	Total
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A.	74.928	72.388	54.534	163.476	-	365.326
Bradesco S.A.	3.115	2.468	2.469	4.936	2.468	15.456
Banco Votorantim S.A.	-	80.409	-	-	-	80.409
Banco BBM S.A. – CCB	3.275	5.000	1.666	6.666	6.112	22.719
Banco ABC do Brasil S.A.	8.761	25.018	8.340	33.357	11.119	86.595
Banco Fibra S.A. - CCE	7.210	19.912	2.724	7.273	-	37.119
Banco Fibra S.A. - CCB	-	41.254	-	-	-	41.254
Banco Fibra S.A. – CCE	8	810	-	-	-	818
Banco do Brasil S.A. – CDC	32.425	44.261	-	-	-	76.686
BNDES (Finame)	3	11	4	6	-	24
Banco Safra S.A.	71.315	9.048	1.428	5.714	4.762	92.267
Caixa Econômica Federal	7.712	19.426	4.890	6.519	-	38.547
Banco Daycoval S.A.	6.375	19.284	5.265	14.626	1.111	46.661
Banco Pine S.A.	7.281	6.578	800	-	-	14.659
Banco Sofisa S.A.	796	15.000	1.666	6.666	6.112	30.240
Banco Industrial do Brasil S.A.	6.323	20.627	-	-	-	26.950
Banco BTG Pactual S.A.	7.750	18.042	5.392	1.798	-	32.982
Banco Santander S.A.	11.601	-	-	-	-	11.601
Banco ABC Brasil S.A. – CCB	30.702	6.000	1.999	8.000	3.334	50.035
Financiadora de Estudos e Projetos	432	3.578	1.193	4.771	9.142	19.116
Outros	7.544	308	103	34	-	7.989
	287.556	409.422	92.473	263.842	44.160	1.097.453
Moeda estrangeira:						
Banco Patagônia	-	8.137	-	-	-	8.137
Banco Luso Brasileiro S.A.	5.415	-	-	-	-	5.415
Banco do Brasil S.A.	40.161	-	-	-	-	40.161
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	-	10.966	-	-	-	10.966
Banco Safra S.A.	-	17.865	-	-	-	17.865
SP Investidor IV, LLC	13.022	45.793	-	38.553	-	97.368
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	22.667	-	-	-	-	22.667
SFG Equipment Leasing	843	2.574	875	3.583	27.283	35.158
	82.108	85.335	875	42.136	27.283	237.737
Total	369.664	494.757	93.348	305.978	71.443	1.335.190

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do período	1.464.101	91.085	1.555.186	1.532.152
Novas captações ou renovações	282.408	160.000	442.408	590.120
Juros provisionados	91.670	8.828	100.498	89.256
Amortização de principal	(433.978)	(90.167)	(524.145)	(736.850)
Pagamento de juros	(81.818)	(9.197)	(91.015)	(76.240)
Variação cambial	11.818	-	11.818	111.283
Encargos antecipados, líquidos	989	(2.483)	(1.494)	5.686
Saldo no final do período	1.335.190	158.066	1.493.256	1.515.407

15. DEBÊNTURES

a) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada indireta CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas e modificadas em 14 de maio de 2020.

<u>Características da 4ª série de Debêntures</u>	<u>fevereiro/2018</u>	<u>maio/2020</u>
Quantidade de debêntures emitidas	150.000	87.500
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais	1 parcela
Vencimento inicial	19/05/2018	-
Vencimento final	19/02/2021	19/02/2021 (*)
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.	100% do CDI + 4,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais	1 parcela em 19/02/2021

(*) Vencimento prorrogado para 19/08/2021. Em 5 de agosto de 2021, as debêntures foram liquidadas, com os recursos obtidos decorrentes da 5ª emissão de debêntures.

b) Em 26 de julho de 2021 a controlada indireta CSA emitiu 160.000 debêntures não conversível em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização ("Virgo"). As características das debêntures são as seguintes:

<u>Características da 5ª emissão de debêntures</u>	
Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração (3)	IPCA + 8%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela controlada SGPSA e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A controlada SGPSA na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,70 vezes em 2021, 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da Springs Global U.S.) de no mínimo 1,2 vezes.

(3) Previsão de “step down” do spread de juros de 8% a.a. para 7,5% a.a. caso verificado por dois semestres consecutivos que a razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 2,0 vezes.

Os saldos das debêntures, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, eram assim compostos:

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Valor original	157.333	87.500
Encargos antecipados	(2.615)	(132)
Juros provisionados	3.348	3.717
	-----	-----
Total das debêntures	158.066	91.085
Circulante	(16.562)	(91.085)
	-----	-----
Não circulante	141.504	-
	=====	=====

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Mercado interno	309.955	223.891
Mercado externo	27.839	25.463
	-----	-----
	337.794	249.354
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 80 dias (65 dias em 31 de dezembro de 2020).

17. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.222	978.074	1.592.856
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a controlada indireta CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M. As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Saldo inicial	80.868	65.983
Apropriação das parcelas da outorga	4.251	3.244
Pagamentos	(18.445)	(16.561)
Juros (7,5% a.a.)	18.758	13.377
Variação monetária (IGP-M)	8.602	6.823
	-----	-----
	94.034	72.866
Circulante	(31.309)	(24.199)
	-----	-----
Não circulante	62.725	48.667
	=====	=====

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2021, somam R\$16.095 (R\$16.772 em 31 de dezembro de 2020) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020
Imóveis	2024	341	898
Imóvel – fábrica	2028	9.541	9.877
SGUS (*)	2030	267.332	266.286
Imóveis – lojas	2027	68.174	60.833
Veículos	2023	564	580
		-----	-----
		345.952	338.474
Circulante		(65.905)	(61.922)
		-----	-----
Não circulante		280.047	276.552
		=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis - SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2021	2022		2023	2024 a 2030	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Imóveis	139	63	20	84	70	376
Imóvel - fábrica	473	1.418	473	1.891	8.665	12.920
SGUS	10.858	33.405	10.947	43.887	317.332	416.429
Imóveis - lojas	6.015	16.448	5.261	20.283	33.839	81.846
Veículos	210	338	43	-	-	591
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	17.695	51.672	16.744	66.145	359.906	512.162
Ajuste a valor presente	(220)	(3.242)	(1.823)	(10.699)	(150.226)	(166.210)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	17.475	48.430	14.921	55.446	209.680	345.952
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.09.2021						30.09.2020
	Imóveis	Imóvel - fábrica	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	898	9.877	266.286	60.833	580	338.474	264.744
Adições (1)	-	-	-	24.101	720	24.821	22.212
Baixas (2)	-	-	-	(1.475)	-	(1.475)	(3.492)
Encargos	48	687	20.552	4.363	70	25.720	26.382
Pagamentos	(605)	(1.474)	(31.726)	(17.785)	(806)	(52.396)	(41.738)
Renegociações (3)	-	-	-	(1.863)	-	(1.863)	(5.673)
Variação cambial	-	451	12.220	-	-	12.671	88.620
Outros	-	-	-	-	-	-	(149)
Saldo no final do período	341	9.541	267.332	68.174	564	345.952	350.906
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

(3) Em função da pandemia da COVID-19, a controlada indireta AMMO renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a controlada indireta AMMO adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

Os efeitos no resultado em 30 de setembro de 2021 e 2020 são como segue:

	30.09.2021						30.09.2020
	Imóveis	Imóvel - fábrica	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no período	605	1.474	31.726	17.785	806	52.396	41.738
PIS e COFINS recuperado	-	-	-	(1.645)	-	(1.645)	(801)
Renegociações	-	-	-	1.863	-	1.863	5.673
Amortização de direitos de uso	(518)	(964)	(2.962)	(14.528)	(738)	(19.710)	(17.503)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	-	1.265	-	1.265	589
Encargos, líquidos	(48)	(687)	(4.645)	(4.363)	(70)	(9.813)	(10.428)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	-	380	-	380	212
Baixas, líquidas	-	-	-	131	-	131	225
Subarrendamentos recebidos	-	-	(24.376)	-	-	(24.376)	(19.083)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	39	(177)	(257)	888	(2)	491	622
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está representado como segue:

	Nº de ações	
	30.09.2021	31.12.2020
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2020 e 30 de setembro de 2021.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Consolidado			
	A receber		A pagar	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Innotex International Ltd.	16.204	15.258	-	-
Holtex, Inc.	1.860	1.777	-	-
Empr. Nac. Com. Crédito e Particip. S.A. - ENCORPAR	64.403	58.794	-	-
Wembley S.A.	53.135	10.358	-	-
	-----	-----	-----	-----
	135.602	86.187	-	-
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros (consolidado)	
	30.09.2021	30.09.2020
Wembley S.A.	4.279	4.515
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. - ENCORPAR	4.358	3.902
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	624	341
Innotex International Ltd.	230	267
Seda S.A.	342	103
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	(260)	(136)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	1	-
Seda, Inc.	497	573
Companhia Tropical de Alimentos e Participações	86	914
Holtex, Inc.	28	-
	-----	-----
	10.185	10.479
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 30 de setembro de 2021, o valor de R\$6.605 estava contabilizado, sendo R\$2.906 na rubrica "Outros contas a pagar" no passivo circulante (R\$3.380 em 31 de dezembro de 2020) e R\$3.669 na rubrica "Outras obrigações" no passivo não circulante (R\$5.871 em 31 de dezembro de 2020), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No período de nove meses de 2021, foi apropriado o valor de R\$2.646 como receita financeira na rubrica "Receitas financeiras" (R\$3.418 no mesmo período de 2020). Esses valores são eliminados nas demonstrações consolidadas.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa ligada, e a controlada Santanense possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. No período de nove meses de 2021, foram efetuados pagamentos no valor de R\$475 (R\$383 no mesmo período de 2020).

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Honorários da administração" e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Conselheiros (Companhia)	1.004	996	1.004	996
Conselheiros (Controladas)	-	-	1.364	1.080
Diretores estatutários (Companhia)	874	886	874	886
Diretores estatutários (Controladas)	-	-	3.456	2.186
Outros diretores (controladas)	-	-	6.839	7.408
	-----	-----	-----	-----
	1.878	1.882	13.537	12.556
	=====	=====	=====	=====

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	30.09.2021				
	CTNM Controladora	Oxford Consolidado	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)
Resultado antes dos impostos	(53.215)	36.620	(91.519)	(14.843)	30.609
Equivalência patrimonial	25.105	-	-	-	(16.543)
Subvenção para investimentos	-	-	(30.527)	-	-
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(1.500)	-
Outros	61	(21)	98	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(28.049)	36.599	(121.948)	(16.343)	14.066
Alíquota de 34%	9.537	(12.444)	41.462	5.557	(4.782)
Créditos fiscais não constituídos	(10.627)	20	(41.466)	(5.796)	3.966
Reversão de provisão de IR e CSLL diferido	11.150	12.466	9.182	-	-
Outros	-	36	(192)	-	17
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	10.060	78	8.986	(239)	(799)
	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas					
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(11.710)	(196)	(239)	(799)
Impostos sobre o lucro – diferido	10.060	11.788	9.182	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	10.060	78	8.986	(239)	(799)
	=====	=====	=====	=====	=====

	30.09.2020					
	CTNM	Oxford	CSA		Outros	CTNM
	Controladora	Consolidado	Consolidado	SGUS	(1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(185.884)	(3.891)	(167.393)	(70.381)	166.585	(260.964)
Equivalência patrimonial (2)	180.085	3	-	11.298	(166.151)	25.235
Subvenção para investimentos	-	(8.222)	(18.758)	-	-	(26.980)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(1.725)	-	(1.725)
Outros	483	124	428	-	-	1.035
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(5.316)	(11.986)	(185.723)	(60.808)	434	(263.399)
Alíquota de 34%	1.808	4.075	63.146	20.675	(148)	89.556
Créditos fiscais não constituídos	(10.132)	146	(64.490)	(20.675)	148	(95.003)
Provisão para perdas de ativos fiscais	-	-	-	(69.707)	-	(69.707)
Outros	-	(12)	(204)	(233)	-	(449)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(8.324)	4.209	(1.548)	(69.940)	-	(75.603)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas						
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(807)	(208)	(233)	-	(1.248)
Impostos sobre o lucro – diferido	(8.324)	5.016	(1.340)	(69.707)	-	(74.355)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(8.324)	4.209	(1.548)	(69.940)	-	(75.603)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui efeito cambial de controladas no exterior, resultado de controladas não operacionais e eliminações para a consolidação.

(2) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 29 às demonstrações contábeis intermediárias.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

		Reconhecidos no				
	Saldos em		Patrimônio	Variação		Saldos em
	31.12.2020	Resultado	líquido	cambial	Outros	30.09.2021
Ativo:						
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.454	69	-	-	-	3.523
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	1.214	-	-	-	-	1.214
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	388	-	-	-	(42)	346
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	-	-	16.783
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	(7.167)	-	-	-	-
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	16.059	-	-	750	-	16.809
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	421	-	-	-	128	549
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	-	1.905
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (a) (*)	2.052	218	-	-	-	2.270
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a) (*)	23.832	(4.992)	-	-	-	18.840
Reclassificações para apresentação de balanço (a) (*)	(24.519)	-	-	-	16.503	(8.016)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	48.756	(11.872)	-	750	16.589	54.223
Passivo:						
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(9.156)	(1.159)	-	-	-	(10.315)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	-	(426)
Propriedades para investimento (Companhia) (p)	(18.617)	-	-	-	-	(18.617)
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(14.464)	11.150	-	-	-	(3.314)
Diferenças temporárias (Companhia - Argentina) (p)	(67)	-	-	-	7	(60)
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(86.540)	-	-	-	-	(86.540)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(6.103)	-	-	660	-	(5.443)
Propriedades para investimento (Santanense) (3) (p)	(2.345)	59	-	-	70	(2.216)
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p) (**)	(16.349)	16.349	-	-	-	-
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (p) (**)	(24.519)	16.503	-	-	-	(8.016)
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)
Reclassificações para apresentação de balanço (p) (*)	24.519	-	-	-	(16.503)	8.016
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(158.690)	42.902	-	660	(16.426)	(131.554)
Total de impostos diferidos, líquido	(109.934)	31.030	-	1.410	163	(77.331)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	20.138	(4.774)	-	750	16.589	32.703
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(130.072)	35.804	-	660	(16.426)	(110.034)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Reclassificações efetuadas para apresentação de balanço.

(**) O Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de repercussão geral declarou a inconstitucionalidade dos encargos de IR e CSLL incidentes sobre os juros (SELIC) recebidos pelos contribuintes sobre restituição de tributos.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía R\$284.306 em prejuízos fiscais (R\$263.179 em 31 de dezembro de 2020) e R\$298.668 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$277.499 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado CSA		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2021	3.766	(3.766)	-
A partir de 2023	13.912	3.766	17.678
	-----	-----	-----
	17.678	-	17.678
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 30 de setembro de 2021, a controlada indireta CSA possuía R\$1.091.015 em prejuízos fiscais (R\$1.003.472 em 31 de dezembro de 2020) e R\$1.097.188 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.009.600 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de setembro de 2021, a controlada indireta AMMO possuía R\$377.193 em prejuízos fiscais (R\$335.239 em 31 de dezembro de 2020) e R\$377.222 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$335.268 em 31 de dezembro de 2020).

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização Montes Claros	Total
	Complexo comercial (10.1)	Complexo residencial (10.2)	(10.5)	
Valor justo	306.715	45.034	53.776	405.525
Total do custo residual	(111.041)	(93)	(39.860)	(150.994)
	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	195.674	44.941	13.916	254.531
	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	66.529	15.280	4.731	86.540
	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada indireta SGUS possui saldo de impostos

diferidos ativos, em 30 de setembro de 2021, no valor de R\$16.809 (R\$16.059 em 31 de dezembro de 2020). A redução dos impostos diferidos no período de nove meses de 2021 deve-se ao impacto da variação cambial. A atualização das projeções considera as receitas e despesas da controlada indireta SGUS para os próximos 10 anos.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 30 de setembro de 2021, é como segue:

Ano	Controlada indireta SGUS
2021	16.809
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2021 a 2034.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2021, a controlada indireta SGUS possui saldo de R\$1.273.880 em prejuízos fiscais (R\$1.213.899 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2021	2.270	783	3.053
2022	-	2.092	2.092
2023	-	3.855	3.855
2024	-	4.268	4.268
A partir de 2025	-	7.842	7.842
	-----	-----	-----
	2.270	18.840	21.110
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	31.072	28.340
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.080	2.869	15.557	16.347
PIS e COFINS a recuperar (*)	58.320	67.312	198.176	268.637
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	8.814	4.355
Imposto sobre o lucro líquido - ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
IPTU a compensar	-	-	11.014	10.901
Outros impostos a recuperar	-	-	760	745
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	68.741 (16.058)	75.522 (10.622)	270.734 (100.019)	334.666 (84.570)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	52.683	64.900	170.715	250.096
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS.

22. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$56.518, R\$153.849 e R\$4.285, respectivamente (R\$43.077, R\$154.399 e R\$3.683, respectivamente em 31 de dezembro de 2020). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) glosas de créditos de COFINS (R\$7.244); (iv) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$4.547); (v) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160) e (vi) indeferimento parcial de compensações de créditos presumidos de IPI e IPI sobre desembaraço aduaneiro de aeronave (R\$2.651). Os principais processos cíveis referem-se a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no valor correspondente a R\$38.701, que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Ações Anulatórias com pedido de Liminar visando cancelar algumas “Dações em pagamento” de diversos imóveis, em razão das dívidas geradas pela não entrega de algodão em valor correspondente a R\$105.368 e arresto de algodão em pluma correspondente a R\$5.768. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Processos fiscais:				
INSS	232	232	825	825
IPI bandeira estrangeira	2.893	2.893	2.893	2.893
Outras	981	981	2.170	2.166
Trabalhistas	-	-	9.302	9.852
Cíveis e outras	6.165	6.726	10.356	10.614
	-----	-----	-----	-----
	10.271	10.832	25.546	26.350
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	9.083	9.224	25.165	25.551
	=====	=====	=====	=====

INSS - Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

IPI Bandeira Estrangeira - A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas - A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis - A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) - A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 30.09.2021
Processos fiscais:					
INSS	825	-	-	-	825
IPI Bandeira Estrangeira	2.893	-	-	-	2.893
Outras	2.166	6	(2)	-	2.170
Trabalhistas	9.852	1.224	(1.672)	(102)	9.302
Cíveis e outras	10.614	746	(880)	(124)	10.356
	-----	-----	-----	-----	-----
	26.350	1.976	(2.554)	(226)	25.546
	=====	=====	=====	=====	=====

23. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.392	1.100
Custo dos juros, líquido	2.062	3.018
	-----	-----
Custo líquido do benefício	3.454	4.118
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão para plano de pensão	144.373	142.019
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.098	2.893
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	145.471	144.912
Circulante (a)	(13.825)	(13.209)
	-----	-----
Não circulante	131.646	131.703
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	368	1.075	198.589	185.467
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	104.609	28.164
Duplicatas a receber	-	-	625.727	622.027
Valores retidos	-	-	-	20.787
Valores a receber - venda de investimento (c)	58.815	33.783	58.815	33.783
Outros créditos a receber	1.953	995	31.528	27.967
Títulos e valores mobiliários (nc)	2.416	2.353	10.008	5.917
Valores a receber – clientes	-	-	20.830	25.171
Valores a receber - venda de investimento (nc)	38.553	70.849	38.553	70.849
Partes relacionadas	266.463	211.426	135.602	86.187
Depósitos judiciais	9.083	9.224	25.165	25.551
Outros créditos e valores a receber	240	240	52.507	69.173
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	219.132	154.586	864.421	866.943
Debêntures (c)	-	-	16.562	91.085
Fornecedores	1.766	623	337.794	249.354
Concessões governamentais (c)	-	-	31.309	27.658
Outras contas a pagar	5.246	5.691	110.063	64.366
Empréstimos e financiamentos (nc)	76.963	168.271	470.769	597.158
Debêntures (nc)	-	-	141.504	-
Concessões governamentais (nc)	-	-	62.725	53.210
Partes relacionadas	331.650	235.396	-	-
Outras obrigações	4.896	7.700	109.295	44.095
(c) circulante				
(nc) não circulante				

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto. No período de nove meses de 2021, a controlada SGPSA registrou um ganho de R\$1.269.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	30.09.2021				Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	97.202	1.764.482	-	-	15.550
LAT Capital	13.613	-	2.503	-	637
Têxtil Guarani	4.179	-	-	5.301.954	229
SGUS	388.310	-	71.388	-	17.711
Santanense Argentina S.A.	(49)	(889)	-	-	6
Coteminas International Ltd.	16.410	-	3.017	-	135
Coteminas (Sucursal Argentina)	(29)	(526)	-	-	4
Cantagalo General Grains (reflexo)	-	-	-	-	6.036
	519.636	1.763.067	76.908	5.301.954	40.308
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(130.673)	-	(24.023)	-	(5.348)
SGUS	(265.410)	-	(48.794)	-	(11.501)
	(396.083)	-	(72.817)	-	(16.849)
Total de investimentos líquidos	123.553	1.763.067	4.091	5.301.954	23.459
	=====	=====	=====	=====	=====
	31.12.2020				Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	62.850	1.017.728	-	-	7.319
LAT Capital	13.175	-	2.535	-	2.733
Têxtil Guarani	4.449	-	-	5.943.094	479
SGUS	385.394	-	74.161	-	122.042
Santanense Argentina S.A.	(55)	(891)	-	-	5
Coteminas International Ltd.	2.785	-	536	-	1.877
Coteminas (Sucursal Argentina)	(33)	(534)	-	-	3
	468.565	1.016.303	77.232	5.943.094	134.458
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(115.329)	-	(22.193)	-	(25.403)
SGUS	(256.291)	-	(49.318)	-	(63.138)
	(371.620)	-	(71.511)	-	(88.541)
Total de investimentos líquidos	96.945	1.016.303	5.721	5.943.094	45.917
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	13.625	8.529
Duplicatas a receber	76.025	50.163
Valores a receber - venda investimento	97.368	104.632
Fornecedores	(10.842)	(11.108)
Empréstimos e financiamentos	(229.600)	(280.769)
Partes relacionadas	139.812	131.955
	-----	-----
Total da exposição em Reais	86.388	3.402
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	15.882	655
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de setembro de 2021 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Baixa do Dólar	1.654	(359)	(2.518)	(4.677)
2022	Baixa do Dólar	19.903	12.917	(17.377)	(47.671)
2023	Baixa do Dólar	(659)	(558)	477	1.512
2024	Baixa do Dólar	(684)	(964)	206	1.377
2025	Baixa do Dólar	(711)	(1.406)	(88)	1.230
2026	Baixa do Dólar	(738)	(1.928)	(442)	1.044
2027	Baixa do Dólar	(767)	(2.527)	(853)	822
2028	Baixa do Dólar	(796)	(3.230)	(1.340)	550
2029	Baixa do Dólar	(1.320)	(6.162)	(2.826)	511
		-----	-----	-----	-----
		15.882	(4.217)	(24.761)	(45.302)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem

aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 14 e 20. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--São classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica "Despesas financeiras - juros sobre empréstimos". Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

d.5.2 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	137.500	520	(1.473)	136.547	163.068
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	137.500	520	(1.472)	136.548	163.068
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2022	22.500	158	-	22.658	55.875
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: março/2022	15.000	105	-	15.105	37.242
Contrato de empréstimo -- Juros: 191,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	55.000	397	(929)	54.468	-
(referência à nota explicativa nº 14)				365.326	419.253
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	14.809	647	-	15.456	17.543
(referência à nota explicativa nº 14)				15.456	17.543
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,5% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: fevereiro/2022	40.000	298	-	40.298	40.581

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,5% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2022	20.000	98	-	20.098	20.272
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,5% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2022	20.000	13	-	20.013	20.212
(referência à nota explicativa nº 14)				80.409	81.065
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: setembro/2021	-	-	-	-	6.729
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	-	-	-	-	1.485
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	-	-	-	-	3.258
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	2.667	2	-	2.669	3.001
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2024	10.000	13	-	10.013	10.008
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. Vencimento: novembro/2024	10.000	37	-	10.037	10.123
(referência à nota explicativa nº 14)				22.719	34.604
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	11.736	58	-	11.794	13.670
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	10.611	52	-	10.663	12.360
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	12.127	58	-	12.185	14.125
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	13.643	65	-	13.708	15.892
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	12.127	58	-	12.185	14.053

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	6.482	33	-	6.515	7.550
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	6.482	33	-	6.515	7.550
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	6.482	33	-	6.515	7.550
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	6.482	33	-	6.515	7.550
(referência à nota explicativa nº 14)				86.595	100.300
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2022	11.667	54	-	11.721	20.075
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2022	5.000	72	-	5.072	15.051
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2021	1.250	17	-	1.267	12.543
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: agosto/2023	19.700	42	(683)	19.059	-
(referência à nota explicativa nº 14)				37.119	47.669
Contrato de empréstimo -- Juros: 115,0 do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2022	39.000	2.254	-	41.254	40.096
(referência à nota explicativa nº 14)				41.254	40.096
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: março/2022	5.000	-	-	5.000	5.021
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	40.000	399	-	40.399	40.003
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	4.000	37	-	4.037	4.029

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	8.810	21	-	8.831	10.022
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: outubro/2024	8.810	21	-	8.831	10.019
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2021	10.000	9	-	10.009	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	5.000	42	-	5.042	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	5.041	31	-	5.072	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: dezembro/2021	5.000	46	-	5.046	-
(referência à nota explicativa nº 14)				92.267	69.094
Contrato de empréstimo -- Juros: 180% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: abril/2023	18.103	38	-	18.141	26.696
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal – CCB Vencimento: abril/2023	12.865	27	-	12.892	18.971
Contrato de empréstimo -- Juros: 166,3% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: julho/2022	7.639	39	(164)	7.514	12.885
(referência à nota explicativa nº 14)				38.547	58.552
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	9.319	164	-	9.483	12.988
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	10.126	178	-	10.304	12.831
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2022	6.178	40	-	6.218	11.174
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2024	8.612	42	-	8.654	10.037

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2023	12.002	-	-	12.002	-
(referência à nota explicativa nº 14)				46.661	47.030
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: março/2021	-	-	-	-	653
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2021	-	-	-	-	504
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2022	4.000	15	-	4.015	6.417
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2021	1.111	2	-	1.113	5.005
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: abril/2022	7.778	73	-	7.851	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2021	1.667	13	-	1.680	5.032
(referência à nota explicativa nº 14)				14.659	17.611
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2022	10.000	93	-	10.093	10.073
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	10.000	74	-	10.074	10.058
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	10.000	73	-	10.073	10.056
(referência à nota explicativa nº 14)				30.240	30.187
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: março/2021	-	-	-	-	1.255
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2021	2.222	3	-	2.225	-

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: julho/2022	13.637	6	-	13.643	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: setembro/2022	11.000	82	-	11.082	-
(referência à nota explicativa nº 14)				26.950	1.255
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,5% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2021	5.785	-	-	5.785	32.012
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: dezembro/2021	5.784	32	-	5.816	23.216
(referência à nota explicativa nº 14)				11.601	55.228
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2024	10.000	7	-	10.007	10.003
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,0% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: novembro/2021	30.000	21	-	30.021	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: maio/2024	10.000	7	-	10.007	10.005
(referência à nota explicativa nº 14)				50.035	20.008
Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 4,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: agosto/2021	-	-	-	-	91.085
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 8,0 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	157.333	3.348	(2.615)	158.066	-
(referência à nota explicativa nº 15)				158.066	91.085
	1.114.587	10.653	(7.336)	1.117.904	1.130.580
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2021, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Alta da taxa	955.143	23.505	31.199	35.841
2022	Alta da taxa	606.706	61.140	79.659	91.360
2023	Alta da taxa	353.106	48.838	72.230	85.891
2024	Alta da taxa	135.398	19.091	14.517	15.507
2025	Alta da taxa	98.000	15.064	10.945	11.624
2026	Alta da taxa	82.000	12.572	9.135	9.701
2027	Alta da taxa	66.000	10.126	7.357	7.813
2028	Alta da taxa	50.000	7.755	5.635	5.984
2029	Alta da taxa	34.000	5.222	3.794	4.030
2030	Alta da taxa	18.000	2.763	2.007	2.132
2031	Alta da taxa	5.333	474	344	365
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2021, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	296.095	322.857	1.335.190	1.464.101
Debêntures	-	-	158.066	91.085
Arrendamentos a pagar	-	-	345.952	338.474
Caixa e equivalentes de caixa	(368)	(1.075)	(198.589)	(185.467)
Títulos e valores mobiliários	(2.416)	(2.353)	(114.617)	(34.081)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	293.311	319.429	1.526.002	1.674.112
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	806.232	833.696	1.440.873	1.490.639
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.099.543	1.153.125	2.966.875	3.164.751
	=====	=====	=====	=====
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	293.311	319.429	1.526.002	1.674.112
Valores retidos	-	-	-	(20.787)
Valores vinculados a empréstimos (*)	(97.368)	(104.632)	(97.368)	(104.632)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida após valores retidos	195.943	214.797	1.428.634	1.548.693
	=====	=====	=====	=====

(*) Refere-se aos valores a receber sobre a venda de investimento, vinculados ao empréstimo com a SP Investidor IV, LLC. Vide notas explicativas nº 8 e nº 14 às demonstrações contábeis intermediárias.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem três segmentos operacionais distintos: “Atacado”, “Varejo” e “Brins”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui duas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

30.09.2021 (operações continuadas)					
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	852,3	361,7	475,3	-	1.689,3
Custo dos produtos vendidos	(587,0)	(166,7)	(397,1)	(0,1)	(1.150,9)
Lucro bruto	265,3	195,0	78,2	(0,1)	538,4
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(186,0)	(170,0)	(51,1)	(28,4)	(435,5)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(8,6)	(8,6)
Outros	(9,5)	(1,6)	27,9	(3,7)	13,1
Resultado operacional	69,8	23,4	55,0	(40,8)	107,4
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	-	(198,4)	(198,4)
Variação cambial	-	-	-	(1,3)	(1,3)
Resultado antes dos impostos	69,8	23,4	55,0	(240,5)	(92,3)
Depreciação e amortização	49,7	19,6	9,3	6,9	85,5
	=====	=====	=====	=====	=====
30.09.2020 (operações continuadas)					
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	684,9	297,6	343,1	-	1.325,6
Custo dos produtos vendidos	(501,7)	(145,5)	(283,0)	-	(930,2)
Lucro bruto	183,2	152,1	60,1	-	395,4
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(167,3)	(150,0)	(43,8)	(19,6)	(380,7)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(13,9)	(13,9)
Outros	(14,9)	1,9	(5,1)	2,9	(15,2)
Resultado operacional	1,0	4,0	11,2	(30,6)	(14,4)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	-	(172,1)	(172,1)
Variação cambial	-	-	-	(20,2)	(20,2)
Resultado antes dos impostos	1,0	4,0	11,2	(222,9)	(206,7)
Depreciação e amortização	47,3	17,0	9,3	3,8	77,4
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	725,3	534,5
Produtos intermediários	602,3	493,5
Varejo	361,7	297,6
	-----	-----
	1.689,3	1.325,6
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	15,6	13,7
Produtos intermediários	24,3	27,6
	-----	-----
	39,9	41,3
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos nos segmentos Atacado e Brim, em 30 de setembro de 2021.

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.215.327)	(922.863)
Benefícios a empregados	(315.715)	(280.687)
INSS	(45.038)	(37.055)
Depreciação e amortização	(85.548)	(77.469)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	75.226	7.354
Outros custos e despesas	-	(203)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(1.586.402)	(1.310.923)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Custo dos produtos vendidos	(1.150.882)	(930.202)
Vendas	(303.766)	(259.416)
Gerais e administrativas	(118.217)	(108.749)
Honorários da administração	(13.537)	(12.556)
	-----	-----
Total das despesas por função	(1.586.402)	(1.310.923)
	=====	=====

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	2.275.079	1.722.961
Deduções das receitas	(585.808)	(397.367)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.689.271	1.325.594
	=====	=====

28. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	30.09.2021	30.09.2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(43.155)	(165.507)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(28.701)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(43.155)	(194.208)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	30.636.457	30.636.457
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):		
Das operações continuadas	(1,4086)	(5,4023)
Das operações descontinuadas	-	(0,9368)
Total	(1,4086)	(6,3391)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme informado na nota explicativa nº 9.b as demonstrações intermediárias, no 4º trimestre de 2020 a controlada indireta SGUS disponibilizou para venda seu investimento na coligada Keeco Holdings, LLC.

Desta forma, nos termos do CPC 31 e da IFRS 5, os resultados reflexos das operações desta coligada indireta foram apresentados como "Operações descontinuadas" nas demonstrações do resultado para o período findo em 30 de setembro de 2020, bem como os ativos das referidas operações estão apresentados no balanço patrimonial como "Ativos mantidos para venda". As demonstrações do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, referente ao período findo em 30 de setembro de 2020, estão sendo reapresentadas, para fins de comparação, considerando as operações descontinuadas.

O saldo das operações descontinuadas em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	Consolidado		
	31.12.2020	Varição cambial	30.09.2021
ATIVOS			
NÃO CIRCULANTE:			
Investimentos	35.151	1.642	36.793
Intangível	88.567	4.136	92.703
	-----	-----	-----
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	123.718	5.778	129.496
	=====	=====	=====

A controlada indireta SGUS não espera perdas na realização do investimento.

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, está apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
DESPESAS OPERACIONAIS:				
Equivalência patrimonial	-	(28.701)	-	(11.298)
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	(42.936)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL	-	(28.701)	-	(54.234)
	-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(28.701)	-	(54.234)
	=====	=====	=====	=====

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas:				
Resultado das operações	-	(28.701)	-	(54.234)
Equivalência patrimonial	-	28.701	-	11.298
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	42.936
	-----	-----	-----	-----
Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

30. OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES – AMMO VAREJO S.A.

Em 28 de julho de 2021, foi apresentado pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A., pedido de registro de companhia aberta, assim como da oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”) e demais disposições legais aplicáveis, sob a coordenação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, incluindo esforços de colocação das ações no exterior com a observância da regulamentação estrangeira aplicável (“Oferta”).

A Oferta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da AMMO realizada em 27 de julho de 2021, na

qual também foi aprovada a submissão do pedido de adesão da AMMO ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Será oportunamente fixada, no âmbito da Oferta, a quantidade e preço das ações objeto da Oferta, incluindo o volume de ações a serem vendidas pela controlada indireta CSA na Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, a ser realizado no Brasil e no exterior, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 (bookbuilding).

A Oferta está sujeita a condições usualmente aplicadas a operações dessa natureza, incluindo a concessão dos registros pertinentes pela CVM, condições de mercado e aprovações societárias da AMMO e da CSA., na qualidade de acionista vendedora.

* * * * *